

Relato da 157ª Reunião do Plenário

No dia 21 de janeiro de 2025, pelas 09h30, realizou-se, no Conselho Nacional de Educação (CNE), a centésima quinquagésima sétima sessão plenária, com a seguinte ordem de trabalhos:

09h30

Tomada de posse de novos conselheiros

1. Informações
2. Aprovação da proposta de relato da 156ª sessão plenária
3. Relatório *Estado da Educação 2023*
4. Relatório de Atividades 2024
5. Plano de Atividades 2025
6. Seminário *Políticas e práticas educativas: contributos do Conselho Nacional de Educação (2022-2024)*

10h30

Apresentação e discussão dos resultados do PIAAC – Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos

Professor Luís Rothes, Coordenador Nacional do PIAAC

Professor João Queirós, Subcoordenador Nacional do PIAAC

Dando as boas-vindas a todos, em especial às novas conselheiras e aos oradores da conferência, o presidente deu início aos trabalhos.

Começou por agradecer a presença de todas e todos os conselheiros, sublinhando que a natureza plural do Conselho Nacional de Educação só pode ser mantida e fortalecida se os/as representantes das entidades e instituições que integram o conselho, tal como previsto na sua Lei Orgânica, estiverem efetivamente presentes.

Informou o plenário de que tinha havido uma reunião entre a maioria dos conselheiros da 6ª Comissão Especializada Permanente e o Ministro da Educação, Ciência e Inovação, a propósito da proposta de revisão em curso do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES) que o governo elaborou e está a ser objeto de apreciação por uma diversidade de entidades e intervenientes. O presidente salientou a relevância do documento para o futuro da educação superior do país e a forma cordial, atenta, aberta e recetiva, com que foram recebidas as sugestões e reflexões dos conselheiros do CNE. O presidente informou o senhor Ministro da sua intenção de submeter à apreciação do plenário do conselho um parecer acerca da proposta que estava em apreciação pública tendo em consideração a sua relevância, a importância de envolver todos os conselheiros nessa apreciação e a sua utilidade. Neste sentido, ficou acordado que o CNE enviaria o referido parecer no início da primeira semana de fevereiro. Consequentemente, o presidente informou o plenário de que uma nova sessão plenária seria agendada para o início de fevereiro, eventualmente no dia 4.

Enquadrado no ponto dois da ordem de trabalhos, o relato da 156ª sessão foi aprovado por unanimidade.

Dando cumprimento ao ponto três da ordem de trabalhos, o Presidente informou o plenário da conclusão do *Estado da Educação 2023*, publicação a todos distribuída em suporte de papel. Tratou-se de um esforço conseguido a vários níveis, nomeadamente: no tempo, por ter saído

durante o ano devido; na síntese e clarificação, por fazer uma abordagem concisa, analítica e interpretativa das questões da educação e pondo na agenda quatro temas relevantes para o país: a educação dos zero aos doze anos, o futuro do ensino secundário, o PLNM e os alunos migrantes, a pedagogia no ensino superior. Proferiram palavras de elogio os Conselheiros Manuel Gomes, David Rodrigues e Cristina Vieira. Após dar os parabéns ao Presidente do CNE pela qualidade, pertinência e oportunidade da edição *Estado da Educação 2023*, documento muito relevante para a reflexão no domínio das políticas educativas, o Conselheiro Manuel Gomes propôs ao Presidente que colocasse à votação a atribuição de um louvor, registado neste relato, a todos os que estiveram envolvidos na elaboração do *Estado da Educação 2023* e que constam da ficha técnica, a saber: Aldina Lobo, António Correia, António Dias, Conceição Gonçalves, Maria Plantier, Ricardo Oliveira, Cristina Brandão, Rita Vinhas, Paula Barros. O voto de louvor foi aprovado.

Passou-se ao ponto quatro da ordem de trabalhos. O Relatório de Atividades 2024, previamente distribuído, não suscitou qualquer questionamento ou pedidos de esclarecimento.

De igual modo, a propósito do Plano de Atividades 2025, constante do ponto cinco da ordem de trabalhos, a apresentação foi breve e não levantou dúvidas ou pedidos de esclarecimento. Contudo, o Presidente pediu que, havendo sugestão de melhoria do documento, as mesmas fossem remetidas ao Gabinete de Apoio à Presidência até ao final da semana.

Sobre o ponto seis da ordem de trabalhos, a propósito do Seminário *Políticas e práticas educativas: contributos do Conselho Nacional de Educação (2022-2024)*, a realizar-se no próximo dia 18 de fevereiro, na Sertã, o presidente informou o plenário acerca das suas principais características e propósitos. Sublinhou a importância de o CNE poder criar a oportunidade para se fazer um balanço crítico do trabalho desenvolvido no período em referência e para perspetivar as ações a empreender nos próximos anos. O seminário contará com uma conferência, a proferir por Mariano Fernández Enguita, Professor Catedrático da Universidad Complutense de Madrid, e dois painéis temáticos (*Educação e Democracia*; e *Currículo, Inovação e Profissionalismo Docente*) com a participação de académicos, investigadores e especialistas em diferentes domínios da educação. Após as reflexões e apreciações realizadas em cada painel, seguir-se-á um momento de debate e, posteriormente um momento de síntese. O seminário será encerrado pelo senhor Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre.

Ainda antes de se passar à última parte da ordem de trabalhos, acreditando que vai ser substituída enquanto conselheira do CNE, Cristina Vieira pediu a palavra. Em jeito de despedida, agradeceu ao CNE a oportunidade de dele ter feito parte durante cerca de nove anos e teceu elevados elogios aos trabalhos das sessões plenárias, enquanto espaço de discussão, partilha e aprendizagem. O presidente sublinhou a qualidade da participação ativa da conselheira Cristina Vieira nas sessões plenárias e nas sessões das Comissões Especializadas Permanentes em que participou tendo ainda agradecido o seu trabalho e desejando-lhe as melhores felicidades.

Passou-se à apresentação e discussão dos resultados do PIAAC — Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos — feita pelos convidados Luís Rothes e João Queirós, respetivamente, coordenador e subcoordenador do estudo a nível nacional. Trata-se de um segundo ciclo de questionários, da OCDE, aplicados em 2023 para caracterizar a população adulta entre os 25 e os 64 anos que vive em Portugal (estrangeiros incluídos). Incidiu sobre competências de literacia, numeracia e resolução de problemas.

Os resultados, “não inesperados, mas desagradáveis”, denunciam uma situação dramática com Portugal a ficar na cauda da lista: em penúltimo lugar nas duas primeiras competências e três lugares acima em resolução de problemas. Metade da população adulta não consegue resolver problemas simples e 30% são low performers nos três domínios, sendo a média da OCDE de 18%. Apesar de tudo, os adultos mais jovens apresentam melhor proficiência nos domínios referidos, aproximando-se da média da OCDE. Este dado é um indicador positivo relativamente ao sistema educativo, embora a preocupação persista. Divulgaram ainda dados mais específicos, influenciados pelo género, naturalidade, grupo etário, escolaridade e escolaridade dos pais. Pese embora o aumento dos resultados das gerações mais novas, ele não está a ser suficiente. Na apresentação, por diversas vezes, foi reforçada a importância da melhoria da educação de adultos no nosso país, por “não estarmos a ser capazes de não os deixar para trás”; o país não está a olhar para esta realidade, apenas olha para as escolas. Esta questão não está na agenda política e é, seguramente, a questão mais problemática da educação e formação no nosso país, referiu o coordenador do estudo em Portugal, Luís Rotheres.

Vários conselheiros tomaram a palavra no período de discussão que se seguiu à apresentação, Amélia Lopes, José Luís Presa, Jorge Ascensão, Nuno Ferro, João Couvaneiro, João Paulo Mineiro, Deolinda Martin, para elogiar o estudo, fazer observações e perguntas, que foram sendo respondidas e/ou clarificadas pelos oradores. Foram ainda discutidas questões tais como a metodologia utilizada, o estatuto migratório, a participação em educação e formação e as desigualdades sociais. Os oradores concluíram com um repto aos conselheiros: que, no âmbito dos organismos que representam, reflitam e ajam tendo em conta o contexto e as dificuldades portuguesas evidenciadas pelo estudo.

Não havendo outros assuntos a tratar, o presidente sublinhou a relevância da apresentação e da discussão, referindo que o CNE não deixará de desenvolver ações que possam contribuir para enfrentar as questões identificadas. Agradeceu a presença e o contributo de todas as conselheiras e conselheiros e deu por terminada esta sessão plenária, pelas doze horas e trinta minutos.